

CURRICULUM VITAE



MIGUEL PRATA ROQUE é Advogado, desde 2003, Professor Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas, tendo apresentado a dissertação “*A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma visão cosmopolita das situações jurídico-administrativas*”. Atualmente, é Coordenador do OPAP – Observatório Permanente da Administração Pública, que corresponde a uma estrutura independente e multidisciplinar de monitorização da atividade administrativa portuguesa. É investigador do Centro de Investigação de Direito Público e associado do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), do Instituto Europeu, do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais (IDPCC) e membro da «*European Public Law Organization*» (EPLÖ). Exerce atividade de jurisconsulto na área do Direito Público, com especial incidência no Direito Administrativo, no Direito Constitucional, no Direito Internacional, Transnacional e Global, no Direito da Regulação e da Comunicação Social, no Direito Sancionatório Público (incluindo Contraordenacional) e no Direito Penal.

MIGUEL PRATA ROQUE desempenhou funções de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, no XXI Governo Constitucional (2015/2017), de Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional (2007-2014), de Membro da Comissão Nacional de Eleições (2006-2007), de Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (2005-2007) e de Assessor Jurídico do Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005).

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	MIGUEL PRATA ROQUE
Telefone	91 630 75 84
Correio eletrónico	miguelprataroque@fd.ulisboa.pt
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	7 de janeiro de 1978

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- A partir de 2014 Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- A partir de 2003 Advogado
- De 2014 a 2015 e a partir de 2017 Jurisconsulto
- A partir de 2018 Membro suplente do «Board of Directors» da EPLO – European Public Law Organization
- A partir de 2018 Membro da «EPLO – European Public Law Organization»
- De 2015 a 2017 Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XXI Governo Constitucional
- De 2014 a 2015 Membro da Equipa Executiva encarregue do «Relatório de Simplificação das Medidas Regulatórias», encomendado pela AMA – Agência de Modernização Administrativa
- De 2013 a 2015 e a partir de 2017 Coordenador do OPAP – Observatório Permanente da Administração Pública
- De 2007 a 2014 Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional

- De 2007 a 2014 Assistente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- De 2006 a 2007 Membro da Comissão Nacional de Eleições
- De 2005 a 2007 Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVII Governo Constitucional
- De 2004 a 2005 Assessor Jurídico do Vice-Presidente do Parlamento Europeu
- De 2003 a 2004 Advogado na A. M. PEREIRA, SÁRAGGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, nas áreas de Contencioso Civil, Comercial, Penal e Arbitragem
- De 2001 a 2007 Assistente-Estagiário do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- De 2001 a 2003 Advogado-Estagiário na A. M. PEREIRA, SÁRAGGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, nas áreas de Contencioso Civil, Comercial, Penal e Arbitragem

ATIVIDADE DOCENTE

LICENCIATURA

- A partir de 2014 Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo lecionado as seguintes disciplinas: Ciência Política, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Internacional
- A partir de 2019 Regente da disciplina de Ciência Política na licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2018 Regente da disciplina de Direito Administrativo III (Direito Administrativo Transnacional) na licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2014/2015e 2017/2018 Professor encarregue de aulas em língua inglesa de Direito Administrativo Global e Comparado, a alunos Erasmus, na licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Em 2014/2015 e a partir de 2017 Coordenador e tutor do curso de licenciatura em Estudos Gerais da Universidade de Lisboa
- De 2001 a 2014 Assistente e Assistente-Estagiário do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo lecionado as seguintes disciplinas:
 - i)* Direito Comunitário I (2001/2002), sob a regência da Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte
 - ii)* Direito Constitucional II, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (2002/2003)
 - iii)* Direito Internacional Público, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (2002/2003)
 - iv)* Direito Constitucional II, sob a regência da Prof.^a Doutora Margarida Salema
 - v)* Direito Internacional Público, sob a regência do Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista e da Prof.^a Doutora Margarida Salema
 - iii)* Direito Processual Civil II (2004/2005), sob a regência do Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
 - iv)* Ciência Política e Direito Constitucional I (2005/2007), sob a regência da Prof.^a Doutora Maria João Estorninho
 - v)* Direito da União Europeia (2007/2008), sob a regência da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins
 - vi)* Direito Internacional Público (2007/2008), sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais
 - vii)* Direito Processual Penal (2007/2008); sob a regência do Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
 - viii)* Direito Administrativo I e II (2008/2011 e 2013/2014), sob a regência do Prof. Doutor Paulo Otero
 - ix)* Direito Constitucional II (2012/2013), sob a regência do Prof. Luís Pereira Coutinho
 - x)* Direito Constitucional I e II (2014/2015), sob a regência do Prof. Paulo Otero
 - xi)* Direito Constitucional I (2015/2016), sob a regência do Prof. Paulo Otero
- De 2007 a 2008 Regente da disciplina de Direito Penal, na licenciatura em Ciências Policiais do Instituto de Segurança e de Ciências Policiais

MESTRADO

- Em 2020/2021 Regente da disciplina de Ciência Política do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, na especialidade em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- A partir de 2018 Regente da disciplina de Governance Administrativa do Mestrado em Direito e Prática jurídica, nas especialidades em Direito Administrativo e Administração Pública, em Direito Internacional e Relações Internacionais e em Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2014 e 2015 Regente da disciplina “*International Organizations – Global Law*” (lecionada em inglês), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Internacional e Relações Internacionais, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2015 Regente da disciplina “*Direito Administrativo Europeu*”, no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2015 Regente da disciplina “*European Administrative Law*” (lecionada em inglês), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2015 Regente da disciplina de Direito Penal IV (Cibercrimes), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2014 Co-Regente da disciplina de Direito Penal IV (Cibercrimes), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2012 e 2014 Seminário intitulado “*Direito Processual Administrativo sem Fronteiras? – Um estudo de jurisprudência transnacional*”, na disciplina de Direito Processual Administrativo do curso de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite da regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Em 2012 e 2014 Seminário intitulado “*Direito Administrativo do Ambiente sem Fronteiras? – Um estudo de jurisprudência transnacional*”, na disciplina de Direito do Ambiente do curso de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite da regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Em 2011 Seminário intitulado “*O Direito Sancionatório Público enquanto bissetriz entre o Direito Penal e o Direito Administrativo (na*

perspetiva da jurisprudência constitucional), na disciplina de Direito das Contra-Ordenações do curso de Mestrado Profissional da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite da regência da Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira

- Em 2008 Seminário intitulado “*Por fronteiras nunca antes atravessadas – A globalização e a emergência do princípio da intransitividade do Direito Administrativo*”, na disciplina de Direito Administrativo do curso de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite da regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

PÓS-GRADUAÇÕES

- Em 2020 Participante no debate «Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado», inserido no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Legislação e Legística, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 15 de dezembro de 2020
- Em 2020 Docente no Curso Pós-graduado em Direito da Proteção Civil, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 10 de novembro de 2020, tendo proferido a seguinte conferência:

- *A Lei de Bases de Proteção Civil*
- Em 2020 Docente no curso de Preparação para o Ingresso na Carreira Diplomática, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público, pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- “*A arquitetura institucional e orgânica da União Europeia*” (27 de julho de 2020)
- Em 2020 Docente no Curso de Pós-Graduação em «Teoria e Prática do Contencioso Administrativo e Tributário», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- “*Processos urgentes (I): contencioso eleitoral e contencioso dos procedimentos de massa*” (09 de junho de 2020)
- Em 2019 Docente no curso de Preparação para o Ingresso na Carreira Diplomática, organizado pelo Centro de

Investigação de Direito Público, pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“A arquitetura institucional e orgânica da União Europeia”* (20 de março de 2019)

- Em 2019
Docente no «Curso Aprofundado sobre o Código do Procedimento Administrativo», organizado pelo Centro de Investigação em Direito Público, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (11 de julho de 2019)
- Em 2019
Docente no «Curso de Direito Administrativo da Regulação», organizado pelo Centro de Investigação em Direito Público, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Competências sancionatórias”* (08 de maio de 2019)
- Em 2019
Docente no Curso de Pós-Graduação em «Teoria e Prática do Contencioso Administrativo e Tributário», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Processos urgentes (I): contencioso eleitoral e contencioso dos procedimentos de massa”*
- Em 2019
Docente no II Curso Intensivo sobre Direito Penal e Contraordenacional da Proteção de Dados, organizado pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“A tutela constitucional dos dados pessoais”* (21 de março de 2019)
- Em 2018
Docente no I Curso Intensivo sobre Direito Penal e Contraordenacional da Proteção de Dados, organizado pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“A tutela constitucional dos dados pessoais”* (20 de setembro de 2018)

- Em 2018

Docente no Curso de Governança e Regulação Global, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pela Advocacia-Geral da União do Brasil, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Direito Administrativo Global: nova configuração do Direito Administrativo”* (21 de maio de 2018)

- Em 2018

Docente no Curso Pós-Graduado em Teoria e Prática do Contencioso Administrativo e Tributário, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo participado na seguinte sessão de debate:

- *“Processos Urgentes (I): Contencioso Eleitoral; Contencioso dos Procedimentos de Massa”* (15 de maio de 2018)

- Em 2018

Docente no I Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito da Segurança e do Ciberespaço do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências:

- *“Os riscos e limites do recurso a meios de segurança interna intrusiva: videovigilância, escutas ambientais e eletrónicas, acesso a metadados e uso de drones”* (12 de abril de 2018)

- *“A transnacionalidade das ameaças cibernéticas e o problema da determinação da jurisdição competente”* (19 de julho de 2018)

- Em 2016

Docente no Curso Aprofundado sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (11 de julho de 2016)

- Em 2016

Docente no Curso Pós-Graduado em Ciência da Legislação e Legística, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo participado na seguinte sessão de debate:

- *“Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado”* (24 de maio de 2016)

- Em 2016

Docente no Curso em Tecnologia, Automatização e Direito Administrativo Eletrónico, organizado pelo Instituto de

Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“A automatização administrativa como instrumento de reconfiguração da teoria geral das atuações administrativas”* (12 de janeiro de 2016)

- Em 2015
Docente no Curso em Direito da Comunicação Social, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Os poderes sancionatórios da ERC”* (16 de maio de 2015)
- Em 2015
Docente no Curso sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, 1ª, 2ª e 3ª edições, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (20 de março, 24 de abril e 7 de julho de 2015)
- Em 2015
Docente no Curso Breve de Atualização «O (novo) Código de Procedimento Administrativo», organizado pelo NEDip – Núcleo de Estudos de Direito «Jus Publicum», na Escola da Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“O ato administrativo: a revogação e a anulação administrativas”* (18 de março de 2015)
- Em 2015
Docente no Curso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Um contencioso constitucional com superavit de formalismo? O Tribunal Constitucional entre o princípio do pedido e a garantia dos direitos fundamentais”* (7 de março de 2015)
- De 2014 a 2018
Docente nos XIV, XV, XVI e XVII Cursos de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, no módulo «Atividade Sancionatória da Administração», organizados pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências:

- *“Os procedimentos especiais de aplicação de sanções administrativas”* (13 de dezembro de 2014)

- *“Os instrumentos sancionatórios das autoridades reguladoras – A emergência de um novo ramo de Direito na fronteira entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (11 de novembro de 2015, 19 de novembro de 2016 e 2 de junho de 2018)
- De 2014 a 2015

Coordenador Científico do I Curso de Direito Sancionatório Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Relações de complementariedade e de subsidiariedade entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (16 de janeiro de 2015)
- Em 2014

Docente no Curso de Extensão em Direito do Trabalho, organizado pelo Instituto de Direito Brasileiro e pelo Instituto de Direito do Trabalho da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“A jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria laboral”*;
- Em 2013

Docente no I Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito da Comunicação Social do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Os Poderes Sancionatórios da ERC”*
- De 2011 a 2013

Docente nos XIII, XIV e XV Cursos Pós-Graduados de Especialização em Direito do Trabalho do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências:

i) *“A fiscalização pelo Tribunal Constitucional e o Direito do Trabalho”* (XIII - «O Código do Trabalho e as Novas Alterações»)

ii) *“Revisão constitucional e declarações de inconstitucionalidade da legislação laboral”* (XIV e XV - «O Código do Trabalho e a Reforma de 2012» e XV)
- De 2010 a 2013

Docente nos I, II, III e IV Cursos de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências:

i) *“Crimes contra a reserva da vida privada”* (I)

ii) *“Limites jurídico-constitucionais ao recurso às escutas telefónicas no âmbito da investigação criminal”* (I e II)

iii) *“Esferas de reserva da vida privada, tutela penal e novas tecnologias”* (II, III e IV)

- Em 2011
- Docente no I Curso de Pós-Graduação em Procedimento Administrativo do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência:
 - *“Procedimentos administrativos nacionais, europeus e globais”*
- De 2007 a 2009
- Docente nos I e II Cursos de Pós-Graduação em Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências:
 - i) *“O exercício de poderes sancionatórios pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social”* (I)
 - ii) *“Os poderes inspetivos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social – âmbito, extensão e limites jurídico-constitucionais”* (II)
- De 2005 a 2007
- Docente no curso de Pós-graduação em Contencioso Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, tendo proferido a seguinte conferência:
 - *“A tutela cautelar administrativa”*.

JÚRIS DE PROVAS ACADÉMICAS

DOUTORAMENTO

- Em 2015
- Membro de Júri de Doutoramento em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, para provas públicas da seguinte dissertação:
 - Juliana Ferraz Coutinho, *“O Público e o Privado na Organização Administrativa – Da relevância do sujeito à especialidade da função”* (29 de setembro de 2015)

- Em 2018
Membro de Júri de Doutoramento em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Rosana Broglio Garbin, *“Os fundamentos constitucionais das diretivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde e a dogmática jurídica para a validade e eficácia das disposições”* (12 de outubro de 2018)
- Em 2018 e 2019
Orientador de dissertação de doutoramento em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o seguinte tema:

- Ana Vaz Geraldés, *“Terrorismo e guerra nos sistemas e redes de informação: enquadramento no Direito Internacional Público”*
- Em 2021
Membro de Júri de Doutoramento em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Rita Ribeiro de Barros, *“Do Direito Administrativo e Processual Europeu – Contributo para o reforço da proteção jurisdicional efetiva multinível”* (09 de junho de 2021)

MESTRADO

- Em 26 de março de 2014
Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Joana Bento dos Santos, *“A Utilização no Processo Penal de Conhecimentos Obtidos através de um Ato Ilícito de Particular”*
- Em 23 de maio de 2014
Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Anabela Nunes Rocha, *“A Propósito do Mandado de Detenção Europeu – Um Contributo”*
- Em 10 de julho de 2014
Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Andreia Sofia Ferreira, *“O Princípio da Especialidade no Sistema de Cooperação Penal Internacional”*

 - Em 23 de julho de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Martinho Nombo, *“Os poderes legislativos extraordinários do Presidente de Angola e a Constituição de 2010”*
 - Em 20 de outubro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Edilson Pereira Filho, *“Efetividade da tutela jurisdicional em face da administração pública”*
 - Em 12 de novembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Laura Spyer Prates, *“Controlo judicial do orçamento: pressupostos e limites da intervenção dos tribunais na fiscalização das opções orçamentais”*
 - Em 24 de novembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Marco Villas Boas, *“O socioambientalismo indígena na Constituição do Brasil”*
 - Em 1 de dezembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Fernando Oliveira Júnior, *“A garantia do direito à Justiça por meio da defensoria pública: o caso especial do modelo de proteção dos mais necessitados”*
 - Em 2 de dezembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Diana de Freitas Martins, *“Da integração europeia à global governance: raízes, fios condutores e transnacionalização do Direito Administrativo”*

- Em 5 de dezembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Raquel Maynard de Oliveira, *“A influência das pré-compreensões políticas, filosóficas ou religiosas do juiz intérprete na solução de casos difíceis: o poder criativo do Supremo Tribunal Federal brasileiro”*
- Em 15 de dezembro de 2014

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Lucas Souto Bolzan, *“Restrições de direitos sociais no espaço normativo da União Europeia”*
- Em 16 de janeiro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Carolina Almeida Andrade, *“Restrição de direitos sociais em estado de necessidade administrativa”*
- Em 20 de janeiro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Estela Filipa Guerra, *“Revistas corporais internas: a dignidade da pessoa humana enquanto limite ético à descoberta da verdade material?”*
- Em 22 de janeiro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Catarina Ribeiro Lopes, *“O desporto na ordem jurídica internacional universal e regional”*
- Em 2 de fevereiro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Ana Luísa Ribeiro, *“O contencioso administrativo dos vistos consulares – A intimação para a proteção dos direitos, liberdades e garantias”*

- Em 10 de abril de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Escola de Direito da Universidade do Minho, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Rita Ribeiro de Barros, *“As agências europeias no Direito Administrativo Europeu”*
- Em 29 de abril de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Manuel Martins Emídio, *“A autonomia das autarquias locais face à centralização das compras”*
- Em 29 de junho de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Kateryna Hetchko, *“O papel da Comunidade dos Estados Independentes no combate contra o terrorismo internacional”*
- Em 27 de julho de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Rosa Guerra, *“Recurso extraordinário de inconstitucionalidade: os problemas da configuração, do regime e da natureza jurídica”*
- Em 16 de setembro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Paulo Santos Azevedo, *“O governo do setor empresarial do Estado”*
- Em 12 de outubro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Paulo Mainier de Oliveira, *“Possibilidades e limites da subordinação das pessoas públicas ao Direito Privado”*
- Em 16 de outubro de 2015

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Marcus Gouveia dos Santos, *“A tutela judicial dos direitos sociais”*
- Em 18 de dezembro de 2017

Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de orientador, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Inês Cera Mendes, *“Pornografia infantil: novos problemas face ao paradigma da pornografia infantil?”*
 - Em 8 de fevereiro de 2018

Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de orientador, para provas públicas da seguinte dissertação:

- António Torres, *“A (in)dignidade jurídica do animal no ordenamento jurídico português”*
- Em 19 de março de 2018

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Patrícia Gandra, *“Princípio Contramajoritário e separação de poderes na defesa e promoção dos direitos fundamentais”*
- Em 5 de junho de 2018

Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Rodrigo Torquato Maia, *“Limites e afetações à liberdade de expressão no Brasil e em Portugal”*
- Em 2 de julho de 2018

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Frederico Rego Hille, *“Uma Aproximação Jurídica Internacional à Globalização”*
- Em 23 de julho de 2018

Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Renata de Farias Falangola, *“O Direito internacional dos refugiados e os ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Português: Análise da efetividade da proteção”*

- Em 23 de julho de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Mariana Medeiros Dantas, *“Os Direitos das Mulheres no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: uma análise dos casos admitidos de violações aos direitos com base no género”*
- Em 9 de outubro de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Daniela Porto Vieira, *“Dos contratos internacionais de compra e venda e de permuta de obras de arte e dos contratos relativos a empréstimo e cessão de obras de arte para exposições internacionais”*
- Em 29 de outubro de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Verónica de Giacomo Pias, *“Responsabilidade internacional dos estados decorrente de violações praticadas por atores privados: a aplicabilidade do princípio da «devida diligência»”*
- Em 26 de novembro de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Direitos Fundamentais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Bianca Morais de Mendonça, *“Consequências jurídicas do princípio constitucional da igualdade na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência mental à educação no Brasil”*
- Em 05 de dezembro de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Humberto Ramos, *“A obtenção de provas em smartphones protegidos através da biometria (impressões digitais) e senhas numéricas e o princípio da não autoincriminação”*
- Em 19 de dezembro de 2018
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de orientador, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Luís Filipe Brás, *“Atos administrativos na FPF e associações desportivas: Criação de um tribunal administrativo, o caminho a seguir”*

- Em 28 de janeiro de 2019
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Angélica Rodrigues da Silveira, *“A proteção contra a autoincriminação no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Críticas, contradições e perspetivas”*
- Em 29 de abril de 2019
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Ana Margarida Rodrigues Caldeira, *“Da imputação, à sociedade dominante, da conduta ilícita da dominada no âmbito do Direito da Concorrência. Considerações à luz do princípio da presunção da inocência e à luz da jurisprudência do TJUE”*
- Em 11 de outubro de 2019
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Fábio Santos Macedo, *“Lacunas em Direito Administrativo”*
- Em 23 de outubro de 2019
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade de Direito Civil, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Gisele Amaral, *Defesa da personalidade e o direito ao esquecimento*
- Em 29 de novembro de 2019
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de orientador, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Daniela Cruz, *O recurso de amparo: estudo sobre a sua necessidade no ordenamento jurídico português*
- Em 28 de janeiro de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade de Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Fábio Montenegro, *A Prisão do Condenado Antes do Trânsito em Julgado da Sentença Penal Condenatória*

- Em 16 de março de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade de Jurídico-Criminais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Humberto Ramos, *A Obtenção de Provas Através de Busca no Smartphone – da Relativização do Direito ao Silêncio*
- Em 16 de março de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade de Jurídico-Criminais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Erik Monteiro, *Ações Encobertas no Mundo Virtual, A Problemática da Tutela da Privacidade como Barreira à Obtenção de Provas nas Redes Sociais*
- Em 22 de maio de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Prática Jurídica, especialidade de Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Ariane Baars, *A simplificação do processo administrativo ambiental brasileiro*
- Em 31 de julho de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Laborais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Bóris Chechi de Assis, *A oralidade no processo do trabalho*
- Em 15 de outubro de 2020
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Laborais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para provas públicas da seguinte dissertação:
- Priscilla Bertolozze da Silva, *A liberdade de expressão nos discursos do ódio e a dignidade da pessoa humana*
- Em 02 de fevereiro de 2021
- Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade em Direitos Fundamentais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente para provas públicas da seguinte dissertação:
- Carolina Erthal, *A segurança pública como direito fundamental e como tarefa estatal na Constituição brasileira de 1988*
- Em 19 de fevereiro de 2021
- Membro de Júri de Mestrado em Prática Jurídica, especialidade de Direito Administrativo, pela Faculdade de

Direito da Universidade de Lisboa, com funções de arguente, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Livian Lorenz de Miranda, *Controlo jurisdicional do mérito administrativo*

Em 4 de maio de 2021

Membro de Júri de Mestrado em Prática Jurídica, especialidade de Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de orientador, para provas públicas da seguinte dissertação:

- João Maia de Oliveira, *O acesso à informação na Administração Pública, no contexto do regime geral de proteção de dados pessoais e das tecnologias de informação*

Em 3 de maio de 2021

Membro de Júri de Mestrado em Ciência Jurídica, especialidade de Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de vogal, para provas públicas da seguinte dissertação:

- Guilherme Lippi Garbin, *O artigo 27º da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969: uma necessária visita a controvertida relação entre o direito brasileiro e o direito internacional convencional*

OUTRAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

- Em 2021 Conferencista na conferência «Vacinas: Quantas Vidas Vale um Negócio?», organizado pelo Grupo GUE/NGL do Parlamento Europeu, em 10 de março de 2021
- Em 2021 Conferencista no «I Congresso Internacional de Direito Constitucional», organizado pelo Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros, em 02 de março de 2021, tendo participado num painel sobre:

- “*Ativismo e autocontenção no controlo da constitucionalidade*”
- Em 2020 Curso de Formação sobre Contratação Pública e Economia social, CPES - Confederação Portuguesa da Economia Social, Lisboa, 10 de fevereiro de 2020
- Em 2019 Conferencista nas «I Jornadas de Direito da Proteção dos Dados – A Lei de Execução do RGPD», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, em 24 de outubro de 2019, tendo proferido a seguinte comunicação

- *“Catálogo de contraordenações, de infrações e particularidades processuais”*

- Em 2019 Coordenador e docente em «Curso de Formação sobre Direito Sancionatório Administrativo», ministrado a técnicos e dirigentes da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Recursos Marítimos, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em 2019 Membro de júri de exame para acesso ao Centro de Estudos Judiciários (20 a 24 de maio de 2019)
- Em 2019 Conferencista na «Lisbon Law Summit», em 05 de abril de 2019, tendo participado na seguinte sessão de debate:

- *“Portugal precisa mesmo de uma revisão constitucional?”*
- Em 2019 Membro da organização da *International Conference – The European Union and its Citizens*, sob a égide da EPLO – European Public Law Organization, em Cascais, nos dias 2 e 3 de maio de 2019
- Em 2019 Conferencista na *International Conference – The European Union and its Citizens*, sob a égide da EPLO – European Public Law Organization, em Cascais, em 3 de maio de 2019, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Google it! – The EU approach to technology and the risk for the rights of privacy of its citizens*
- Em 2019 Conferencista no colóquio «O Direito das Contraordenações: Regime Geral e Regimes Especiais», organizado pelo Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, em 12 de fevereiro de 2019, tendo proferido a seguinte comunicação

- *“O direito subsidiário das contraordenações”*
- Em 2018 Conferencista no Colóquio Internacional organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais e pela Facultad de Derecho de la Universidad de Malaga, sobre «A Influência da Jurisprudência do TEDH na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, em matéria penal», em 2 de novembro de 2018
- Em 2018 Membro da Comissão Organizadora do Colóquio Internacional organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais e pela Facultad de Derecho de la Universidad de Malaga, sobre «A Influência da Jurisprudência do TEDH na Jurisprudência do Tribunal

Constitucional, em matéria penal», em 2 de novembro de 2018

- Em 2018 Membro do painel de peritos dos «*2nd Sir David Williams – European Legal Debates*», organizado pelo Wolfson College e pela European Public Law Organization, na Universidade de Cambridge, em 25 de maio de 2018, tendo participado na seguinte sessão de debate:

- *“Judicial review of administrative action”*
- Em 2018 Membro de mesa-redonda sobre Inovação Tecnológica na Administração Pública e Boa Gestão de Recursos Públicos, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova, sob coordenação da Prof.^a Doutora Rita Calçada Pires, em cooperação com o Instituto Brasileiro de Direito Público, sob a coordenação do Prof. Doutor Gilmar Mendes, em 6 de abril de 2018
- Em 2018 Conferencista na ação de formação contínua “As «Novas» Contraordenações Administrativas”, organizada pelo CEJ – Centro de Estudos judiciais, em 23 de março de 2018, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“O processo nos tribunais administrativos. Contencioso administrativo?”*
- Em 2018 Conferencista no debate «O futuro da democracia: redes sociais e filtros bolha», organizado pelos Global Shapers Lisbon Hub, em 16 de janeiro de 2018
- A partir de 2018 *“Peer reviewer”* da «Revista de Direito Administrativo», editada pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
- Em 2017 Conferencista no Colóquio «Contraordenações: Reforma Precisa-se?», organizado pela Fórum Penal – Associação de Advogados Penalistas, no Palácio da Bolsa, Porto, em 18 de setembro de 2017, tendo participado na seguinte sessão de debate:

- *“«Breaking the ice»: Precisa-se, Reforma das Contraordenações?”*
- Em 2017 Discurso de abertura da Sessão Comemorativa dos 20 Anos do Diário da República Eletrónico, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 11 de julho de 2017
- Em 2017 Conferencista, com intervenção de abertura do C-Days 2017, 2ª Conferência Internacional de Cibersegurança,

organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 21 de junho de 2017

- Em 2017 Conferencista, com intervenção de abertura da conferência «A Conta Satélite da Economia Social de 2013», organizada pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 17 de fevereiro de 2017
- Em 2016 Conferencista, com intervenção de abertura do C-Days 2016, 1ª Conferência Internacional de Cibersegurança, organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 28 de novembro de 2016
- Em 2016 Conferencista da Iª Convenção Anual da Administração Pública («Reforma do Estado – Principais Estratégias e Desafios»), organizado pelo Politécnico de Leiria, em 24 de novembro de 2016, sob o tema:

- *“Automatização, desmaterialização e administração eletrónica: um caminho sem regresso?”*
- Em 2016 Conferencista, com intervenção de encerramento da Iª Conferência Internacional de Lisboa sobre Segurança da Informação e Direito Constitucional do Ciberespaço, organizado pelo Centro de Investigação Científica do Ciberespaço, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 18 de novembro de 2016
- Em 2016 Conferencista na «Public Procurement Summer School – 2nd Edition», no âmbito da discussão pública do anteprojeto de revisão do Código dos Contratos Públicos, organizado pela Faculdade de Direito da Escola do Porto da Universidade Católica, tendo proferido a intervenção de abertura, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 6 de setembro de 2016
- Em 2016 Conferencista, com intervenção de abertura da conferência «Cibersegurança – Perspetivas Multidisciplinares», organizado pelo Centro de Investigação Científica do Ciberespaço, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 4 de janeiro de 2016
- De 2015 a 2018 *“Peer reviewer”* da «Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais», Almedina, Coimbra

- Em 2015 Conferencista nas Jornadas sobre o Código de Procedimento Administrativo, organizadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo Banco de Portugal, tendo proferido a conferência:

- *“Automatização administrativa e procedimento eletrónico”* (2 de junho de 2015);
- Em 2015 Formador em curso de formação na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo, em 6 de julho de 2015, tendo proferido a seguinte sessão:

- *“Automatização administrativa e procedimento eletrónico”*
- Em 2015 Formador em cursos de formação no ICP – ANACOM, sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo, em 10 e 17 de março de 2015, tendo proferido a seguinte sessão:

- *“Regime da competência: fixação, desconcentração e vicissitudes”*
- Em 2015 Membro da Comissão Organizadora do IX Encontro de Professores de Direito Público, organizado pela Faculdade de Direito da Escola de Lisboa da Universidade Católica
- Em 2015 Conferencista no VIII Encontro de Professores de Direito Público, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência:

- *“Controlo judicial e implementação judicial de políticas públicas”* (30 de janeiro de 2015);
- Em 2014 Conferencista do I Curso sobre Direito Penal das Pessoas Coletivas, organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, em 23 de outubro de 2014, sob o tema:

- *“A jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre responsabilidade contraordenacional da pessoa coletiva”*
- Em 2014 Conferencista no colóquio «A Nova Lei das Associações Públicas: Desafios e Oportunidades», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 24 de setembro de 2014, sob o tema:

- *“O Direito Europeu e o regime de publicidade”*

- Em 2014 Conferencista no «Annual Meeting 2014» do «European Public Law Organization», em Spetses (Grécia), em 13 de setembro de 2014, sob o tema:

- *“Does More Law Means Less Democracy?”*
- Em 2014 Conferencista no Encontro entre Professores Coreanos e Portugueses de Direito Público, em 9 de julho de 2014, sob o tema:

- *“O Direito à Busca da Felicidade na Constituição da República Portuguesa”*
- Em 2014 Conferencista no Curso de Verão «Crise Económica: Crise de Direitos Humanos?», organizado pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pela Amnistia Internacional, em 4 de junho de 2014, sob o tema:

- *“Eficácia dos direitos económicos e sociais na Constituição Portuguesa”*
- Em 2014 Conferencista no colóquio «Lisbon International Conference on Social Rights in celebration of the 70th anniversary of the “Second Bill of Rights”», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 20 de maio de 2014, sob o tema:

- *“Global Justice: Social Rights and Extraterritorial Obligations of States (by Elif Askın) – A Cynical (but yet) Transnational Overview”*
- Em 2014 Conferencista no colóquio «A Reforma do Direito Processual Administrativo», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 9 de maio de 2014, sob o tema:

- *“Providências Cautelares”;*
- Em 2014 e em 2018 Treinador de equipas concorrentes aos “Moot Courts” de Direito Administrativo, organizados pela ELSA – European Law Students Association, em 2 e 3 de maio de 2014 e em 12 e 15 de março de 2018
- Em 2014 Conferencista no Curso Intensivo sobre Oratória e Retórica da ELSA – European Law Students Association (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), sob o tema:

- *“A Arte da Argumentação Jurídico-Política”*

- Em 2014 Formador do CEAGP – Curso de Estudos Avançados de Gestão Pública do INA – Instituto da Administração Pública, responsável pelo módulo de *“Direito Administrativo da União Europeia”*
- Em 2014 Conferencista no colóquio «O Contencioso dos Trabalhadores da Administração Pública», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 20 de setembro de 2014, no painel:
 - *“O direito de acesso ao processo e o direito a um processo justo dos trabalhadores públicos à luz do direito europeu”*
- Em 2013 Conferencista no colóquio «Revisão do Código de Procedimento Administrativo», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 15 de julho de 2013, sob o tema:
 - *“Questões relativas ao âmbito de aplicação, à relação jurídica procedimental e às fases do procedimento”*
- Em 2012 Conferencista no colóquio «Pluralismo e Transparência nos Meios de Comunicação Social», organizado pela Assembleia da República, em 10 de maio de 2013, tendo proferido a seguinte conferência:
 - *“Promoção do pluralismo e da transparência nos meios de comunicação social”*
- Em 2011 Conferencista no colóquio «Ciclo de conferências sobre Processo do Trabalho», organizado pelo Instituto de Direito do Trabalho, sob a coordenação científica do Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, em 13 de maio de 2011, tendo proferido a seguinte conferência:
 - *“O processo do trabalho na jurisprudência constitucional”*
- Em 2009 Conferencista no «XI Seminário de Justiça Administrativa», organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos da Universidade do Minho, tendo proferido a seguinte conferência:
 - *“Meios cautelares”*
- De 2005 a 2006 Formador no Curso de Processo Civil Executivo do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem de Advogados, sob a coordenação do Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa e do Prof. Doutor Rui Pinto;

INTERVENÇÕES NOS MEDIA

- Em 2021 Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital, em 12 de junho de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Constituição, para que te quero? – Parte III*” no jornal «Observador», em 02 de abril de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Constituição, para que te quero? – Parte II*” no jornal «Observador», em 31 de março de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Constituição, para que te quero? – Parte I*” no jornal «Observador», em 29 de março de 2021
- Em 2021 Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre regime jurídico de levantamento de patentes relativas a vacinas da Covid-19, em 27 de fevereiro de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Sorria! Está a ser filmado... mesmo que não queira*” no jornal «Expresso», em 08 de março de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Crimes de guerra e tortura colonial – por que não homenageamos Karl Schümmers*” no jornal «Expresso», em 23 de fevereiro de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Façam pouco barulho que o Presidente está a dormir*” no jornal «Público», em 16 de fevereiro de 2021
- Em 2021 Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre regime jurídico-constitucional de extinção de partidos políticos, em 13 de fevereiro de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*Liberdade e Seus Inimigos*” no jornal «Público», em 05 de fevereiro de 2021
- Em 2021 Publicação de artigo de opinião intitulado “*O Candidato Poucochinbo*” no jornal «Público», em 22 de janeiro de 2021
- Em 2020 Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Governo vai preparar legislação específica para poder limitar as liberdades*”

durante as pandemias, mas só depois da atual pandemia”, publicado no «Expresso», em 03 de Novembro de 2020

- Em 2020 Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Estado de emergência é «atropelo à Constituição»*”, publicado na revista «Sábado», em 03 de Novembro de 2020
- Entre 2014 e 2018 Comentador de atualidade jurídica, política e económica nos canais informativos de televisão “Sic Notícias” e “Económico TV”

**FORMAÇÃO
ACADÉMICA E
PROFISSIONAL**

- **De 2009 a 2014** **DOUTORAMENTO EM DIREITO**
 - Especialidade Ciências Jurídico-Políticas
 - Nome e tipo da organização de ensino ou formação Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 - Título da Tese *“A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma Visão Cosmopolita das Situações Jurídico-Administrativas”*
 - Classificação 18 valores

- **De 2003 a 2007** **MESTRADO EM DIREITO**
 - Especialidade Ciências Jurídico-Políticas
 - Nome e tipo da organização de ensino ou formação Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Disciplinas curriculares
 - Direito Constitucional, sob a regência do Prof. Doutor Jorge Miranda, tendo apresentado um relatório intitulado *“Sociedade Aberta e Dissenso – Contributo para a compreensão contemporânea do princípio do pluralismo político”*
 - Contencioso Administrativo, sob a regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, tendo apresentado um relatório intitulado *“Cautelas e Caldos de galinha – Reflexões sobre a tutela cautelar no novo processo administrativo”*
 - Direito Institucional da União Europeia, sob a regência da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins, tendo apresentado um relatório intitulado *“O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia”*

- Título da Tese *“O Espaço Europeu de Justiça Administrativa – A convergência dinâmica do Direito Processual Administrativo Europeu”*
- Classificação 18 valores

- **De 1996 a 2001** **LICENCIATURA EM DIREITO**

- Nome e tipo da organização de ensino ou formação Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Principais disciplinas Especialização na área de Ciências Jurídicas
 - Designação da qualificação Bom com distinção
 - Classificação 16 valores
- **De 1993 a 1996** **CURSO DE ENSINO SECUNDÁRIO**
 - Nome e tipo da organização de ensino ou formação Escola Secundária do Prof. Reynaldo dos Santos
 - Principais disciplinas Opção pela área de Humanidades (História, Filosofia, Francês e Latim)
 - Classificação 19 valores

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS
PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA PORTUGUÊS

OUTRAS LÍNGUAS

	INGLÊS
• Compreensão escrita	EXCELENTE
• Expressão escrita	BOM
• Expressão oral	BOM
	FRANCÊS
• Compreensão escrita	EXCELENTE
• Expressão escrita	BOM
• Expressão oral	BOM
	ESPAÑHOL
• Compreensão escrita	EXCELENTE
• Expressão escrita	SUFICIENTE
• Expressão oral	BOM
	ALEMÃO
• Compreensão escrita	BOM
• Expressão escrita	RUDIMENTAR
• Expressão oral	RUDIMENTAR
	ITALIANO
• Compreensão escrita	BOM
• Expressão escrita	RUDIMENTAR
• Expressão oral	RUDIMENTAR

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS
SOCIAIS**

- **De 2020 a 2021** Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação dos docentes
- **De 2018 a 2019** Membro da Comissão dos Alunos Maiores de 23 Anos, por designação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- **A partir de 2018** Coordenador, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designado pelo Conselho Científico, e tutor do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais da Universidade de Lisboa
- **De 2015 a 2018** Comentarador de atualidade jurídica, política e económica nos canais informativos de televisão “Sic Notícias” e “Económico TV”
- **De 2014 a 2015** Coordenador, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designado pelo Conselho Científico, e tutor do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais da Universidade de Lisboa
- **De 2014 a 2015** Membro do Conselho de Escola da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação dos docentes
- **De 2014 a 2015** Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação dos docentes
- **A partir de 2004** Membro do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- **A partir de 2007** Membro do Instituto de Direito Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- **A partir de 2008** Membro-Fundador do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- **De 2013 a 2014** Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- **De 1998 a 2000** Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação dos alunos

- **De 1998 a 1999** Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em representação dos alunos, sob a presidência do Prof. Doutor Jorge Miranda
- **De 1997 a 1998** Membro da Direção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS DE
ORGANIZAÇÃO**

- **Em 2019** Presidente de júri de procedimento de contratação de serviços de auditoria a implementação de medidas de poupança energética na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela coordenação do procedimento legislativo do XXI Governo Constitucional, incluindo a ligação com a Casa Civil do Presidente da República e com o Tribunal Constitucional, em matéria de intervenção no Governo no procedimento de fiscalização da constitucionalidade de normas

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela implementação, em articulação com a Assembleia da República e a Casa Civil do Presidente da República, de um sistema de desmaterialização eletrónica de todo o procedimento legislativo

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela gestão administrativa e financeira de 1.184 trabalhadores e dirigentes, integrados em 17 serviços administrativos autónomos, incluindo o CEJUR – Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela criação do primeiro sistema de avaliação de impacto legislativo implementado em Portugal (Programa «Custa Quanto?»)

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela implementação do sistema de acesso universal e gratuito ao Diário da República eletrónico (DRE Universal) e pela modernização das ferramentas de pesquisa eletrónica

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela implementação do sistema de alerta eletrónica e de implementação da regulamentação de atos legislativos, de modo a garantir a celeridade desse procedimento (Regular Melhor)

- **De 2015 a 2017** Responsável, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, pela implementação do sistema de deteção e de declaração da cessação de atos legislativos caducos (período de 1974 a 1978), de modo a garantir a redução das leis vigentes e uma maior segurança jurídica pelos seus destinatários («Revoga +»)

- **De 2016 a 2017** Presidente do Grupo de Alto Nível do «Estudo de Impacto Concorrencial», relativo aos setores dos transportes e das profissões reguladas, promovido pela OCDE e pela AdC – Autoridade da Concorrência, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
- **De 1997 a 1998** Sócio fundador do GART – GRUPO DE ARTISTAS E AMIGOS DA ARTE

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS
TÉCNICAS**

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador
Conhecimentos de Windows e do Software da MAC OS X
Conhecimentos de Word, Excel, Access e Powerpoint

OBRA PUBLICADA

O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 1^a edição, Almedina, Coimbra, 2004;

O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 2^a edição, Almedina, Coimbra, 2005;

A urgência tem limites (!) – Breve apontamento sobre os poderes do juiz cautelar, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 50, Março-Abril, 2005;

Reflexões sobre a Reforma da Tutela Cautelar Administrativa, Almedina, Coimbra, 2005;

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia – A caminho de uma Política Externa Europeia?, Almedina, Coimbra, 2005;

Cautelas e Caldos de Galinhas – Reflexões sobre a tutela cautelar no novo contencioso administrativo, in «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo: Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo» (coordenação pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), AAFDL, Lisboa, 2005;

A derrocada do sistema de três pilares: breve apontamento sobre a permanência do método intergovernamental na Constituição Europeia, in «O Direito», Ano 137º, 2005, n.ºs IV-V;

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia, in «O Constitucionalismo Europeu em Crise? Estudos sobre a Constituição Europeia» (coordenação pela Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), AAFDL, Lisboa, 2006;

Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João Estorninho), 1^a edição, AAFDL, Lisboa, 2006;

Sociedade Aberta e Dissenso – Contributo para a compreensão contemporânea do princípio do pluralismo político, in «Estudos de Homenagem ao Professor André Gonçalves Pereira», Editora Coimbra, Coimbra, 2006;

A União faz a fraqueza (da Democracia) – Ecos do «Relatório Lancelot» sobre o Direito da Concentração da Comunicação Social, in «Estudos de Homenagem ao Professor Marcello Caetano», Editora Coimbra, Coimbra, 2006;

Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João Estorninho), 2^a edição (revista e ampliada), AAFDL, Lisboa, 2007;

“E tudo o tempo levou...” – Duração excessiva do procedimento e igualdade das partes na Justiça Administrativa Europeia, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 67, Janeiro-Fevereiro, 2008;

Colóquio Ibérico: Constituição Europeia – Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires (recensão), in «European Law Review», Vol. 14, n.º 3, May 2008;

Constitutional Jurisprudence – Portugal – 2007 (em co-autoria com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), in «European Review of Public Law», Vol. 20, n.º 3, autumn/automne, 2008

Os Poderes Sancionatórios da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, in «Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras», Coimbra Editora, 2009

Providências Cautelares com Prazo de Validade? – O protelamento no acesso à tutela cautelar administrativa, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 73, Janeiro-Fevereiro, 2009;

Cinco anos de reforma da tutela cautelar – Do enamoramento iniciático à monotonia conjugal, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 76, Julho/Agosto, 2009;

Acto nulo ou anulável? – A jus-fundamentalidade do direito de audiência prévia e do direito à fundamentação, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 78, Novembro/Dezembro, 2009, 17-32

A separação de poderes no Tratado de Lisboa – avanços e recuos na autonomização da função administrativa europeia, in «O Direito» (Cadernos) – O Tratado de Lisboa, n.º 5, 2010

O Direito Administrativo Europeu – Um motor de convergência dos Direitos Administrativos nacionais, in «Estudos de Homenagem ao Professor Sérvulo Correia», Coimbra Editora, Coimbra, 2010;

Direito Processual Administrativo Europeu – A convergência dinâmica no Espaço Europeu de Justiça Administrativa, Coimbra Editora / Grupo Wolters Kluwer, Coimbra, 2011;

As Novas Fronteiras do Direito Administrativo – Globalização e mitigação do princípio da territorialidade do Direito Público, in «Revista do Direito Público», Janeiro-Junho, 2011;

Providências cautelares administrativas – O juiz nacional enquanto intérprete do Direito Processual Administrativo Europeu, in «Revista do Ministério Público», n.º 127, Jul-Set, 2011;

«Mil e uma formas de parar um «bulldozer»? – A impugnação de acto administrativo de demolição de obra ilegal, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 89, Setembro-Outubro, 2011;

O Controlo Jurisdicional da Democraticidade Interna dos Partidos Políticos – O Tribunal Constitucional entre o princípio da intervenção mínima e um contencioso de plena jurisdição, in «Tribunal Constitucional – 35.º Aniversário da Constituição de 1976», Volume II, Coimbra Editora / Grupo Wolters Kluwer, 2012;

Universality and Binding Effect of Human Rights from a Portuguese Perspective (em co-autoria com Prof.^a Ana Maria Guerra Martins), in «The Universalism of Human Rights» (organizado por Rainer Arnold), Springer, New York, 2012, 297-324

Juízos precários de constitucionalidade – O Tribunal Constitucional perante a crise do modelo social europeu e o retrocesso dos direitos fundamentais, in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda», Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, 849-896

«Alto e pára o baile!» – o excecional prejuízo para o interesse público como mera causa de inexecução da decisão cautelar, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 97, Janeiro-Fevereiro, 2013, 37-46

Declaração de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Fiscalização Preventiva (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Fiscalização Sucessiva Abstrata (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Fiscalização Sucessiva Concreta (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Inconstitucionalidade por Ação (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Inconstitucionalidade por Omissão (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

Comentários ao projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo – Mais um passo a caminho de uma administração globalizada e tecnológica?, in «Direito & Política», 4 (2013), 166-173

Les nouvelles frontières du droit administratif – Globalisation et mutations du principe de la territorialité du droit public, in «Revue Européenne du Droit Public», 88 (2013), 655-709

O Direito Sancionatório Público enquanto bisbetrix (imperfeita) entre o Direito Penal e o Direito Administrativo – A propósito da jurisprudência constitucional, in «Concorrência & Regulação», 14 (2013), 105-173

O nascimento da administração eletrónica num ambiente transnacional (Breves notas a propósito do projeto de revisão do CPA), in «EPublica», 1 (2014), in <http://e-publica.pt/onascimento.html>

A República Tecnocrática – Reformar os decisores ou reformar os técnicos?, in «Direito & Política», 6 (2014), 15-29

Regulação Administrativa e Sanção - O Poder Sancionatório da ERC na Encruzilhada entre o Direito Administrativo e o Direito Penal, in «Media, Direito e Democracia» (org. Carlos Blanco de Moraes / Maria Luísa Duarte / Raquel Alexandra), Almedina, Coimbra, 2014, 125-194

A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma visão cosmopolita das situações jurídico-administrativas, AAFDL Editora, Lisboa, 2014

A tutela multinível dos direitos fundamentais – A posição do Tribunal Constitucional português (em coautoria com Ana Guerra Martins), Relatório à XVI Conferência Trilateral de Tribunais Constitucionais, Santiago de Compostela, 16-18 outubro, 2014

A tutela multinível dos direitos fundamentais – A posição do Tribunal Constitucional português (em coautoria com Ana Guerra Martins), in «Revista da Esmape – Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco», 40 (2014), pp. 35-80

O procedimento administrativo eletrónico, in «Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo», AAFDL Editora, Lisboa, 2015 (1ª edição), pp. 273-302 (com 2ª edição, de 2015, 3ª edição, de 2016, e 4ª edição, Volume I, de 2018)

Administração eletrónica e automatização: Contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas, in «Estudos em Homenagem a Rui Machete», Almedina, 2015, pp. 755-795

Judicial dialogue in a multilevel network: the role of the Portuguese Constitutional Court, in «Courts and Comparative Court» (org. Mads Andenas/Duncan Fairgrieve), Oxford University Press, 2015, pp. 300-328

Direito Administrativo Europeu (Anotação), in «Enciclopédia da União Europeia» (org. Ana Paula Brandão/Francisco Pereira Coutinho/Isabel Camisão/Joana Covelo de Abreu), Quid Iuris, Lisboa, 2017, pp. 150-153

Princípio da mutabilidade das estruturas administrativas: extinção, fusão e reestruturação orgânicas, in «Organização Administrativa: Novos Actores, Novos Modelos», Volume I, AAFDL, Lisboa, 2018, pp. 293-317

A impugnação de deliberações das Misericórdias: entre a jurisdição cível, administrativa e canónica, in «Revista da Ordem dos Advogados», III-IV (Jul-Dez 2018), pp. 835-878

Google it! – The EU approach to technology and the risk for the rights of privacy of its citizens, in «European Public Law Review», 2019 (*em vias de publicação*)

A sanção de perda de idoneidade dos dirigentes de sociedades reguladas, in «Revista de Direito das Sociedades», 1 (2019), pp. 33-132

O direito fundamental à felicidade, in «Estudos de Homenagem ao Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro», Almedina, 2019, pp. 243-307

A sanção de perda de idoneidade dos dirigentes de sociedades reguladas, in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Germano Marques da Silva», Volume III, UCP Editora, Lisboa, 2020, pp. 2035-2140

Diretivas antecipadas de vontade sobre cuidados de saúde e liberdade de autodisposição (arguição de tese de doutoramento), in «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», 1 (2020), pp. 867-879

Lições de Ciência Política (ebook), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020

Manual de Governação Administrativa, (ebook), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020

O Instituto Nacional de Administração: uma escola com futuro?, in «Revista de Direito Administrativo», 11 (2021)

(Des)obediência convicta e totalitarismo sanitário, in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Augusto Silva Dias», 2021

Desobediência convicta face a medidas de saúde pública intrusivas, in «Julgar Online», 2021